

AO MUNICIPIO DE SALTO DO JACUÍ - RS.

A COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025

CONTRARRAZÃO

Prezado Sr. Pregoeiro e demais membros da Comissão de Contratação;

No que se refere ao apontamento do Licitante Extrema Comercio de Peças Ltda, que o Edital possui exigências que fere o princípio da ampla concorrência, e que o mesmo direciona o certame para as Concessionárias da Região, observamos que o referido questionamento deveria ter sido realizado em fase anterior ao certame, de forma tempestiva para o devido acolhimento do pedido de esclarecimento ou impugnação se o caso fosse para isso.

Entretanto, vejo que tal apontamento é incabível e sem razão, tendo em vista que o Município tem a prerrogativa de tomar as precauções e decisões conforme os princípios da legalidade, da celeridade, do interesse público e no princípio da vinculação ao Edital, e em nenhum momento limitou o número de participantes.

Ocorre que ao trazer em seu texto as exigências conformes itens 9.1.7 (Apresentar cópia do contrato de concessão com o fabricante) e 9.1.8 (Declaração indicando o ponto de assistência técnica autorizada da marca ofertada a uma distância de até 170km da sede do município de Salto do Jacuí. Caso o ponto de assistência autorizada não seja na própria empresa licitante, deve-se a mesma ter anuência com assinatura reconhecida pelo representante da empresa autorizada da marca e que presta o serviço de assistência técnica, revisões e outros serviços pertinentes ao objeto licitado, assim resguardando o município de futuros transtornos como a garantia do veículo. Na declaração, deverá constar a indicação do endereço completo, cidade e telefone para

agendamento dos serviços), em nenhum momento está impedindo a ampla competição ou direcionando o Edital para determinada marca ou fornecedor, **tanto que o processo recebeu varias propostas e diversos lances alcançando com êxito o princípio da competitividade.**

Cabe ressaltar, que o processo licitatório em tela está sendo instruído e fora formulado atendendo às normas constitucionais, à lei de licitações e aos princípios envolvidos nas contratações públicas.

Nesse liame, as exigências previstas em edital convocatório têm o escopo de garantir a contratação mais vantajosa à administração pública desde à aquisição, ao tempo de garantia e ao tempo de vida útil do bem. Não vejo intenção em restringir ou frustrar indevidamente a competitividade do certame licitatório.

O Licitante aponta que a exigência restringe a participação na licitação apenas às concessionárias autorizadas pelo fabricante, ou seja, àquelas que firmaram contrato de concessão nos termos da Lei Federal nº 6.729/79, além do próprio fabricante. A IMPUGNANTE diz que é classificada como revenda de veículos, e que a exigência prevista no edital restringe sua participação, visto que é uma revenda e não concessionária autorizada ou fabricante.

Nesse contexto, é importante esclarecer que a Lei Federal nº 6.729/79, conhecida como Lei Ferrari, é uma legislação específica que regula as formalidades e obrigações para o estabelecimento válido de uma relação de concessão comercial entre fabricantes e distribuidores de veículos automotores. Por se tratar de uma norma especial, não cabe a aplicação subsidiária de regras de direito comum.

A exigência prevista em edital convocatório tem o objetivo de garantir a aquisição de veículo “novo/zero quilômetro”, sem que terceiros intermedeiem a contratação e assim fazendo que o veículo perdesse sua característica exigida em edital licitatório.

Para melhor elucidar, destaca-se a definição de veículo novo constante do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) e também pelo CONTRAN:

“LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997. Art. 120.

Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.”

“DELIBERAÇÃO 64/2008 DO CONTRAN.

VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento.” “LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 Art. 122.

Para a expedição do Certificado de Registro de Veículo (CRV) o órgão executivo de trânsito consultará o cadastro do RENAVAM e exigirá do proprietário os seguintes documentos: I - nota fiscal fornecida pelo fabricante ou revendedor, ou documento equivalente expedido por autoridade competente; II - documento fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, quando se tratar de veículo importado por membro de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira, de representações de organismos internacionais e de seus integrantes.”

Assim sendo, é evidente que a comercialização de veículo novo/zero quilômetro somente pode ser realizada por concessionário ou fabricante ao consumidor final. Não sendo efetuado nessas condições, o emplacamento já não será de um veículo novo, porém seminovo. Dito isso, infere-se que veículo novo (zero quilometro) é exclusivamente aquele adquirido diretamente com fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo código de trânsito Brasileiro (CTB).

Diante do exposto, observa-se que a Administração, em atendimento aos princípios da legalidade e eficiência, formulou o instrumento convocatório de maneira a assegurar que os veículos adquiridos atendam às condições previstas, sendo justificável a exigência impugnada.

Sem mais para o momento.

Passo Fundo, 21 de março de 2025.

Osmar Oliveira de Araújo

Representante Legal

RG: 1064296047

Osmar Araújo
Consultor de Venda Direta

GUARACAR | FIAT

54 2104.3400
osmar@guaracarplus.com.br
Av. Brasil Oeste, 3120 - Boqueirão, Passo Fundo - RS

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS

- /guaracar_fiat
- /GuaracarPlus
- guaracar.com.br
- /guaracarfiat

WCD
WORLD CLASS DEALER